

# A VOZ QUE NÃO ECOA: A DOCÊNCIA E O ENSINO REMOTO EM TEMPOS PANDÊMICOS

## THE VOICE THAT DOES NOT ECHO: TEACHING AND REMOTE TEACHING IN PANDEMIC TIMES

Alaina Alves <sup>1</sup>

Rosebelly Nunes Marques <sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa como os professores foram representados na mídia ao longo do ano de 2020 no contexto da pandemia do novo coronavírus. As notícias sobre a pandemia foram sistematizadas considerando as publicações online do jornal O Estado de São Paulo e das entidades representativas da categoria como o Sinpro [Sindicato dos professores de São Paulo] e Apeoesp [Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo], que tinham como tema a relação do professor e as mudanças que seu trabalho sofreu neste período. Este estudo pretende dar visibilidade ao que tem sido publicado e discutido no campo social e de suas reverberações para a educação especialmente neste contexto de ensino remoto.

**Palavras-chave:** Mídia Brasileira. Profissão Docente. Metodologias Ativas. Sindicatos.

**Abstract:** This article analyzes how teachers were represented in the media throughout the year 2020 in the context of the new coronavirus pandemic. The news on the pandemic were systematized considering the online publications of the newspaper O Estado de São Paulo, and also reports of representative entities of the category, such as Sinpro [São Paulo Teachers Union] and Apeoesp [Union of Official Teaching Teachers of the State of São Paulo]; whose theme was the teacher's relationship and the changes that his work underwent in this period. This study intends to give visibility to what has been published and discussed in the social field and its reverberations for education, especially in this context of remote teaching.

**Keywords:** Brazilian Media. Teaching Profession. Active Methodologies. Unions.

- 
- <sup>1</sup> Pedagoga (2011) e Mestra em Educação (2015) pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. (USP). Atualmente é Coordenadora Pedagógica e atua como orientadora no MBA USP/Esalq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7623655976204651>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7794-2050>. E-mail: [alvesalaina@gmail.com](mailto:alvesalaina@gmail.com)
  - <sup>2</sup> Graduada em Química pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1993), Bacharel em Química e Licenciada em Química pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1993), mestre em Química Analítica pelo Instituto de Química da Unesp/Araraquara (1996) e doutora em Química Analítica pelo Instituto de Química da Unesp/Araraquara (2002) e doutora em Educação pela Faculdade de Ciências e Letras da Unesp/Araraquara (2012). Atualmente é professora, RDIDP, da Universidade de São Paulo (USP), na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), em Piracicaba/SP, do Departamento de Economia, Administração e Sociologia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7921735904003583> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8726-3211> E-mail: [rosebelly.esalq@usp.br](mailto:rosebelly.esalq@usp.br)

## Introdução

O poeta Eduardo Ruiz (2012) diz que a bailarina, que é raiva e flor de maracujá, se contorce num contexto memorialístico de mundo com o simples ofício de dar voz ao que não é dito, em outras palavras, seria o movimento dela uma corporificação de um registro que não se manifesta falado (Ruiz, 2012, p. 23). O trabalho docente em muito se parece com a observação do poeta: é através de uma expressão que o professor realiza suas trocas e exerce o seu ofício. Sendo a projeção pela voz, ou por outro recurso e até mesmo de modo simbólico, do conhecimento e das relações a serem compartilhadas e construídas no ofício professoral, seria ela reconhecida e valorizada na profissão? Mediados por seus interlocutores teriam os professores a posição social representada a contento? Tais questionamentos fazem parte de uma série de pesquisas sobre a profissão docente ao longo de sua história<sup>1</sup> e, no caso específico deste artigo, foi analisado como os professores foram representados na mídia ao longo do ano de 2020 no contexto da pandemia do novo coronavírus, a qual em nível mundial provocou mudanças pedagógicas que até então não haviam sido colocadas em práticas no contexto escolar. As notícias sobre a pandemia e sua proximidade com a realidade brasileira começaram a aparecer na mídia no final de 2019 e no início de 2020 e, a partir do dia 23 de março, as escolas em São Paulo fecharam suas portas e as férias escolares foram antecipadas, no intuito de um quadro sanitário mais seguro poder ser encontrado depois de 30 dias. Elas terminaram e nada havia mudado: o estado de incerteza era enorme e as mobilizações para a resolução e solução da crise sanitária que assolava o país e o mundo pareciam ainda mais distantes.

No cenário paulista da escola pública e privada deram-se início a práticas remotas de ensino uma vez que o retorno dos alunos ainda era improvável. Neste contexto o professor se viu com a necessidade de dominar ferramentas tecnológicas e softwares com os quais ainda não havia tomado contato e a aula agora passou a ser também mediada por telas. Tais práticas e ferramentas metodológicas num contexto de formação continuada começaram a alterar a prática docente de tal maneira que muitos professores se viram numa encruzilhada formativa: eles teriam que modificar a maneira de exercer seu ofício e sua relação com os alunos, e conseqüentemente com as famílias, o que até então não havia sido feito. Esta relação, inclusive, passou a ser cada vez mais próxima: o professor estava realmente entrando na casa dos seus alunos e ali compartilhando momentos íntimos da família. O mesmo aconteceu com o professor, pois sua casa era agora o seu local de trabalho. Como não seria diferente, as mazelas da profissão começaram novamente a se tornar notícia na mídia, a qual passou a expor tanto as dificuldades como a superação de muitos docentes nesta caminhada em assegurar minimamente as condições de ensino para seus alunos.

A coleta de dados para esta análise contou com as publicações *online* do jornal O Estado de São Paulo<sup>2</sup> e das entidades representativas da categoria como o Sinpro [Sindicato dos professores de São Paulo] e a Apeoesp [Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo], ao longo de 2020, que tinham como tema a relação do professor e as mudanças que seu trabalho sofreu em função da pandemia da Covid-19, além de todo o contexto analisado e suas conseqüências para o período aqui determinado. Inicialmente foi realizada uma pesquisa no arquivo *online* do jornal de acordo com as seguintes palavras-chaves: educação, ensino híbrido, pandemia, ensino remoto, professores, Tecnologias da Informação e Comunicação [TIC's], educação a distância etc. Os dados relativos a essas matérias foram tabulados e constituído nos seguintes campos: Título, Autor, Data da publicação, Resumo do conteúdo e Tipo. Foi realizada num primeiro momento a sistematização do material analisado de acordo com o título, autor, data e tipo de publicação. Na segunda etapa foram coletadas as matérias publicadas pelas entidades representativas da categoria. Por fim, foi realizada uma leitura e discussão de textos teóricos visando identificar as categorias do discurso produzido sobre a docência. Ao todo foram levantados 86 artigos e 158 reportagens, totalizando 244 matérias.

Como um dos conceitos fundantes na análise temos a noção de campo, a qual configura-se como sendo um microcosmo no interior de um macrocosmo que é a realidade social, sendo que

1 Especialmente os estudos de Catani (1989), Ferreira (2006), Ferreira e Ferreira JR. (2012), Kruppa (1994), Lugli (1997), Nóvoa (1991, 1992), Pereira (2001), Vianna (1999), Vicentini (1997, 2000, 2002), Vicentini e Lugli (2009).

2 O jornal O Estado de São Paulo é o mais antigo jornal da cidade e conta com uma coluna fixa a qual se dedica a tratar sobre temas educacionais.

suas leis podem estar ou não relacionadas com os poderes que estão em jogo, quais são os agentes, as instituições e de que modo os capitais - cultural, social, econômico, simbólico, dentre outros- são operacionalizados para a sobrevivência e a distinção destes na realidade social (Bourdieu, 2004, p. 20-21). Tais distinções podem vir a refletir no grau de autonomia deste campo, ou seja, nas representações que dali pode surgir e insurgir sobre os demais campos, o que nos revela seu poder e, conseqüentemente, autonomia perante o campo de origem e nas representações, que podem ser compreendidas como as lutas de poder que se sobressaem no interior dos campos e que fazem vir à tona mecanismos de reconhecimento de uma visão e definição de mundo que classifica, divide, modifica e, de certo modo, o manipula. São estes movimentos que refletem interesses, mascarados de desinteresses, que possibilitam as disputas que ocorrem nestes microcosmos no espaço público (Bourdieu, 1996, p. 108).

A noção de espaço público, de acordo com Patrick Charaudeau (2006), resulta da conjunção de práticas sociais e das representações, as “são o motor das representações e estas, a razão de ser daquelas, atribuindo-lhes valores que tendem a confirmá-las ou modificá-las” (Charaudeau, 2006, p.120). sendo que as práticas são responsáveis por atribuir o valor sobre o que está sendo representado. Para o autor o contrato de comunicação midiático gera um espaço público de informação e constrói a opinião pública. Portanto, as mídias não se apoderaram do espaço público para transformá-lo, elas são apenas uma forma de publicização daquilo que se constituiu no interior destes espaços que são formados por normas de julgamento e de classificação, trocas intensas internas, que podem vir a manter ou a modificar o espaço público, sendo este o contrato de comunicação midiático (Charaudeau, 2006, p. 116). Esta visão dialoga com a noção que Roger Chartier (1991) tem de representação que, em seu entender, possibilita a articulação de três modos de se relacionar com o mundo: classificação e produção dos diferentes grupos sociais; práticas de reconhecimento das identidades sociais e as formas institucionalizadas objetivada nos representantes da comunidade ou classe (Chartier, 1991, p. 183). O mundo social seria, portanto, formado por esquemas de classificação que incorporam as representações coletivas, que podem ser contraditórias e frutos de embates tanto individuais quanto de grupos, que formam as divisões sociais e, conseqüentemente, definem posições hierárquicas e construções identitárias (Chartier, 1991, p.183). Compreendendo que as representações midiáticas sobre a docência nos permitem identificar como ela se situa no campo social (Bourdieu, 2004, p.20-21) é importante salientar que esta visibilidade também nos aponta caminhos analíticos que podem dar voz as dificuldades e os enfrentamentos da profissão de acordo com a maneira pela qual são divulgados e, de certa forma, são validados pela opinião pública. Estas lutas representativas farão partes dos distintos discursos que serão aqui analisados: imprensa geral e oficial da categoria.

Este artigo contará com as categorias de análise as quais irão compor as discussões levantadas à luz dos dados coletados, sendo elas compostas pelas seguintes temáticas: contexto do momento histórico e a luta de representações dos sindicatos das categorias e suas implicações no retorno presencial das aulas; o Ensino Híbrido e a chamada “revolução” na educação; o abismo educacional entre a escola pública e privada e as tentativas simbólicas de ressignificar positivamente a imagem docente. Por fim, serão tecidas as considerações finais a partir do discurso midiático e da relação do campo jornalístico com o educacional, para compreender como as representações da docência num contexto de exceção, como o pandêmico vivido pela Covid-19, poderão colaborar com os estudos sobre a categoria.

## **Embates, debates e indefinições: a luta de representações**

Ao serem analisadas as discussões que se apresentam num plano de fundo do contexto social em que se inserem, mesmo que não coloquem muitas vezes o professor como protagonista, é possível identificar que o montante de matérias publicadas voltadas à educação é significativo, uma vez que tanto as questões educacionais quanto sua relação com a pandemia foram objeto, muitas vezes principal, do discurso midiático na época, notadamente pela indefinição dos rumos que seriam tomados num possível retorno presencial, o que intensificou as postagens a partir de julho de 2020. É fundamental mencionar que tais indefinições sobre a retomada das aulas é tão

crítica do ponto de vista apresentado pelo jornal que não se tem uma definição clara sobre quais rumos deveriam ser tomados, trazendo à luz o abismo entre a escola pública e a privada conforme será apresentado a seguir. A partir do dia 23/3, em São Paulo, foi decidido o adiantamento das férias escolares e a indefinição, a partir daquela data, de quando as atividades retornariam com o mínimo de segurança. O cenário estava muito incerto e a prefeitura da capital paulista decidiu dar este “tempo” para a readequação das famílias, a fim de que elas não deixassem as crianças com os avós, os quais são grupo de risco (Cafardo, 13 mar. 2020). Ação a qual foi apoiada pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação [Consed], segundo a reportagem de Matheus Lara, mesmo após o Governo Federal ter criticado a suspensão das aulas presenciais. Este colegiado defendeu a segurança da vida de alunos, professores, servidores e familiares e manteve as recomendações médicas que estavam em vigor. Ainda neste mesmo caminho a medida provisória 934/2020, em caso de excepcionalidade em função da pandemia do novo coronavírus, foi publicada a fim de dispensar as escolas de Educação Básica e as instituições de Ensino Superior de cumprirem o calendário mínimo de 200 dias letivos anuais previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação do País [LDB]. A discussão da manutenção e autorização do ensino remoto também permaneceu ao longo do período uma vez que a indefinição pelo retorno presencial e os desdobramentos familiares e da evolução da pandemia, não possibilitavam um consenso entre os órgãos governamentais sobre o que deveria ser de fato feito, conforme foi discutido nas reportagens de Renata Cafardo: “Conselho Nacional de Educação dá aval para aulas remotas até 2021” (6 out. 2020) e “MEC autoriza ensino remoto até quando durar a pandemia”(10 dez. 2020).

Após as férias escolares o Governo de São Paulo já sinalizava que o retorno com aulas remotas no dia 27 de abril e presencialmente de forma gradual, com distanciamento de 1 metro e escalonada a partir de junho (Cotes e Ker, 24 abr. 2020). O Secretário Estadual da Educação, Rossiele Soares, afirmava que todas as previsões dialogavam com o que estava previsto pelo Comitê de Contingência da Covid-19 e que, de acordo com a situação de cada cidade, o retorno poderia ser antecipado ou postergado, iniciando com as creches e a Educação Infantil, sendo que as mesmas orientações deveriam ser seguidas pelas escolas particulares. A visibilidade proporcionada pelo jornal para as questões econômicas que as escolas particulares estariam sofrendo frente ao fechamento destas é notória, sendo possível identificar uma pressão, para além das reais necessidades educacionais, da reabertura destas instituições, como foi noticiado por Júlia Marques na reportagem: “Na penúria, escolas de educação infantil fecham as portas durante a pandemia” (21 jul. 2020). Segundo o jornal as escolas mais afetadas eram a de Educação Infantil em São Paulo as quais estavam trabalhando com uma queda de 80% na receita e muitas fecharam. As justificativas se basearam na não obrigatoriedade de matrícula destes alunos, bem como a adaptação às aulas online em virtude da faixa etária. Segundo a reportagem “Sindicato de escolas privadas de SP ameaça ir à justiça para garantir retomada de aulas presenciais” (18 ago. 2020), de Paula Felix, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo [SIEEEsp] fez esta ameaça para reabrir as escolas. Segundo o jornal, o prefeito de São Paulo, Bruno Covas, havia informado que as escolas públicas e privadas abririam na mesma data, sendo que segundo o plano de flexibilização da quarentena, as regiões que estivessem na fase amarela por pelo menos 28 dias poderiam retomar as aulas de reforço e recuperação em setembro. A previsão da prefeitura, neste período, era de que o retorno real aconteceria apenas em outubro. O sindicato patronal alegava que as escolas já estavam se preparando e os alunos estavam ficando doentes de ficar em casa, além de estarem estabelecendo contato com outras pessoas pois os pais já haviam retornado para o trabalho.

A mesma discussão sobre as incertezas e as soluções descentralizadas para o retorno são retomadas na reportagem de Júlia Marques: “Insegurança sobre regras, escolas contratam advogados para definir abertura em SP” (11 set. 2020). Os gestores das escolas particulares estavam buscando esta assessoria para entender o que poderiam fazer e como solucionar os impasses entre governo e prefeitura no que diz respeito às normas que até então estavam sendo apenas divulgadas e não promulgadas. Além de advogados, as escolas também estavam realizando parcerias com hospitais e laboratórios para o retorno. A reportagem salienta ainda que a permissão de abertura para aulas extracurriculares poderia virar um atalho ou brecha para que as escolas conseguissem retomar suas atividades, além de muitos alunos estarem migrando para as escolas públicas em função de questões econômicas. A cobrança pela pressão econômica é retomada na matéria: “Ensino

privado quer socorro do governo para o segundo semestre do ano letivo” (Vargas, 14 ago. 2020), a qual salientava também o destaque dado aos impasses que os pais também estavam sofrendo ao decidirem enviar os filhos ou não. Neste sentido, a reportagem: “Pais poderão decidir se filhos voltam ou não para a escola na capital” (Cafardo, 28 jul. 2020) pontuou que o Conselho Municipal de Educação [CNE] estava preparando uma resolução em que haveria a critério dos pais enviarem os filhos ou não durante a pandemia, sendo que não seria atribuída a falta e a escola deveria continuar com a educação remota em casa, além do acompanhamento. A reportagem procurou o Ministério da Educação [MEC] o qual informou que Estados e municípios têm autonomia para a tomada desta decisão, retirando assim a possível articulação e liderança do Governo Federal no que tange o enfrentamento da pandemia. Do mesmo modo que a escola particular estava se organizando e reivindicando uma organização para o retorno presencial o jornal também apresentava as barreiras que impediam pensar e ajustar, de modo qualitativo e justo, esta retomada, como por exemplo, na reportagem: “Relatório mostra desafio para o retorno às aulas no Brasil por causa do excesso de alunos por sala” (Favaro e Felix, 8 set. 2020), a qual iniciou seu texto apresentando um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE], que analisou que em nosso país as escolas ficaram fechadas por um tempo maior que em outros países. Segundo ainda esta organização, a média de alunos por sala nos países que compõe a OCDE é de 21 alunos, enquanto aqui no Brasil é de 24 alunos nas escolas públicas, o que tornaria mais difícil o distanciamento que deve ser mantido como um dos protocolos de segurança. O relatório pedia que fosse dada continuidade ao investimento às aulas remotas e no acesso destes alunos uma vez que já se percebe que a situação da educação estava mais crítica do que se esperava no país.

Ao mesmo tempo em que o jornal dá voz ao sindicato das escolas particulares e aos pais ele também trazia para a discussão o posicionamento dos professores e do sindicato da categoria com relação ao retorno presencial. No entanto, a categoria aqui representada não apoiava a decisão governamental e lutava para resistir à pressão do retorno, constatando tanto a pluralidade dos contextos envolvidos, no que tange a escola pública e privada, quanto da necessidade da vacina ser prioridade para este grupo que exerce, mesmo que ainda não tenha sido neste momento considerada, uma atividade essencial. Segundo a reportagem: “Professores da rede pública protestam contra à volta as aulas presenciais” (29 jul. 2020), os docentes organizaram uma carreata, com 260 veículos, na capital paulista contra este retorno e pedindo o pagamento do auxílio emergencial para a categoria. A presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo [APEOESP], Deputada Estadual Professora Bebel, afirmou que as escolas não tinham estrutura para seguir o protocolo sugerido pelo Governo Estadual e havia a necessidade de toda a região do estado permanesse 28 dias na fase amarela. Para a Secretária da Educação do Estado de São Paulo [Seduc-SP] a carreata foi considerada eleitoreira e que os 180 mil docentes estavam recebendo seus salários normalmente, além de que o retorno presencial não colocaria nenhuma vida em risco e a decisão foi pautada num diálogo realizado com professores, funcionários, alunos, pais e administradores de escolas privadas, seguindo as recomendações do Centro de Contingência do coronavírus. Opinião que foi apoiada no discurso do diretor da Associação Brasileira de Escolas Particulares [ABEPAR], Arthur Fonseca Filho, no congresso da Summit Educação Brasil 2020, de acordo com a reportagem de Renata Okumura, que afirmou que o professor não tem direito de escolher se quer ou não retomar as aulas presenciais, salvo os docentes que estejam no grupo de risco (25 ago. 2020). Na mesma matéria foi pontuado pelo diretor do Sindicato dos Professores de São Paulo [Sinpro-SP], Luiz Antônio Barbagli<sup>3</sup>, que não só os professores estão com medo do retorno, mas os alunos e as famílias também.

Medo o qual foi retratado no artigo de José Maria Tomazela “Professores estão apreensivos com a volta às aulas em outubro” (10 ago. 2020). O artigo iniciou com o depoimento de professores que estavam em realidades distintas: um de escola privada e outro de escola pública. Enquanto o da escola particular já havia passado por treinamentos e a escola estava estruturalmente preparada para receber os alunos e realizar os protocolos, o professor da escola pública não visualizava o mesmo cenário na sua instituição, a qual sofria com a falta de contingente operacional para cobrir

<sup>3</sup> Segundo o Sinpro-SP todo o debate sobre o possível retorno ainda não havia sido discutido com os docentes, sendo que apenas os sindicatos patronais haviam pontuado com o Governo Estadual os protocolos (SINPRO-SP, 19 set. 2021).



todas as demandas necessárias. De acordo com a matéria, os docentes da rede pública já estariam organizando mais protestos na capital e a Federação dos Professores do Estado de São Paulo [FEPESP] havia entrado com um pedido no Ministério Público do Trabalho [MPT] para convocarem dos representantes patronais da Educação Básica e Ensino Superior para que fosse elaborado um protocolo conjunto de retorno ao trabalho. De acordo com esta federação a maioria dos professores era contra o retorno em setembro e outubro pois muitos temiam por sua segurança e os riscos de não termos vacina. Já o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, Benjamin Ribeiro da Silva, reforçou que a rede particular estava preparada além de ser uma necessidade dos pais trabalharem. O movimento da categoria resistiu e foi noticiado pelo jornal nas seguintes matérias: “Sindicato dos professores entram com ação na justiça contra a volta às aulas em SP” (Marques, 3 set. 2020); “20% a 30% dos alunos querem voltar à escola, diz governo de SP; professores se mobilizam contra” (Marques, 4 set. 2020) e “Justiça nega liminar de sindicatos dos professores que pedia suspensão da volta às aulas” (Marques, 4 set. 2020). Segundo o posicionamento da FEPESP não se tratava apenas de um simples retorno levando em conta os protocolos de saúde, mas também de considerar os aspectos emocionais do momento, as readaptações e a sobrecarga de trabalho as quais os docentes já estavam sendo submetidos, além da previsão de trabalho fonoaudiológico para os professores que estariam desgastando as cordas vocais em função da projeção de voz ser limitada pela máscara e treinamento para este momento em específico levando em consideração as aulas no modelo de Ensino Híbrido (SINPRO-SP, 21 jul. 2020).

Mesmo com o apelo e as reivindicações da categoria as aulas nas escolas públicas e privadas retornaram, ainda que com limitações e escalonamentos, no Estado de São Paulo em setembro de 2020 após seis meses fechadas, no entanto a adesão foi de 10% a 15%, sendo que estes dados foram questionados pela Apeoesp [Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo], o qual afirmava que o número de 200 escolas não correspondia à realidade, sendo que para a entidade apenas 20 escolas estaduais haviam realizado a abertura, o que refletia a insegurança da população. No entanto, não foram todas as escolas que abriram na região, nem mesmo na capital, o que proporcionou mais críticas à gestão da prefeitura e dos rumos adotados como critérios no plano de retomada das atividades no Estado. Em outubro esta retomada continuou com as atividades presenciais extracurriculares, sendo que a reportagem: “Escolas privadas da capital reabrem depois de 200 dias com pais divididos” (Cafardo, 3 out. 2020) ressaltou que mesmo com a expectativa da volta, 80% das instituições particulares reabririam e 40% das famílias não levaram seus filhos. A discussão em outubro novamente fez emergir as dúvidas para o retorno real em novembro, dando vistas de que a pandemia não dava trégua em nosso país, bem como os posicionamentos sobre o que seria o correto a se fazer neste impasse encontrado pela indefinição dos governos os quais oscilavam em construir, em consonância com os dados apresentados pela saúde, um retorno que respeitasse todos os envolvidos. Em novembro o retorno se daria a partir das escolas de Ensino Médio nas redes particulares e públicas a partir do dia 3, no entanto, as demais etapas de ensino apenas continuariam autorizadas a oferecer atividades extracurriculares, sendo que em todos os cenários a decisão de mandar os filhos caberia aos pais. O sindicato das escolas particulares criticou a decisão afirmando que havia a possibilidade, novamente, de um maior cancelamento das matrículas na Educação Infantil, além de desencorajar os pais a manterem os alunos nas escolas. O sindicato entrou com uma ação civil pública para que a liberação para todas as etapas de ensino acontecesse, o Prefeito Bruno Covas condenou a ação e afirmou que não se devia comparar educação com atividade econômica e defendeu a cautela neste retorno mais robusto que estava sendo demandado por esta categoria. O que se confirmou com as pausas contínuas que aconteceram em novembro em função da piora da pandemia no Estado, no entanto esta condição não impediu que os pais se mobilizassem e entrassem na justiça requerendo o retorno presencial (Cafardo, 30 nov. 2020), além do Secretário de Educação de São Paulo afirmar que as escolas eram um ambiente seguro e que elas deveriam ficar abertas mesmo na fase vermelha.

O diálogo da Apeoesp com o Secretário de Educação de São Paulo foi intenso durante o período aqui analisado, sendo que desde junho várias reuniões haviam sido realizadas para exemplificar para Rossieli o quanto as escolas públicas estaduais não conseguiriam retomar as aulas, de acordo com as contínuas previsões, pois não dispunha de escolas com as estruturas necessárias

para evitar o contágio em massa uma vez que não tinham salas ventiladas, por exemplo (APEOESP, 25 jun. 2020). Várias foram as manifestações da categoria a fim de evitar o retorno presencial especialmente num momento em que o Estado era considerado o epicentro da pandemia, apontando como descabida a retomada desta questão frente à realidade que se apresentava, além de julgar como irresponsável a abertura do comércio pelo Governador João Dória. A entidade também se encontrou neste período com o Conselho Estadual de Saúde, o qual também havia se posicionado contrário ao retorno e apresentou uma posição sensível ao que foi colocado pela Apeoesp que, além de reiterar condição arquitetônica, argumentou com relação aos meios de transporte que seriam utilizados pelos alunos e o contato que poderiam ter com outras pessoas da família, o que disseminaria ainda mais o vírus (APEOESP, 14 set. 2020). Em novembro, e com a fala de Rossieli de que o Ensino Médio retornaria às aulas, o sindicato se posicionou afirmando que a greve aconteceria caso esta determinação fosse mantida, retomando que era descabido um retorno no final do ano letivo e que tal decisão não preservava vidas (APEOESP, 5 nov. 2020). Em dezembro a categoria se manifestou com relação à vacina, publicando que havia entrado com ação judicial, em conjunto com outras entidades educacionais, para que os professores fossem incluídos no grupo prioritário de vacinação. Estas disputas e indefinições marcaram as lutas de representatividade que operacionalizam os mecanismos de dominação presente no campo social (Bourdieu, 2004, p. 20-21). É possível claramente identificar o embate, nas esferas privadas e públicas, do sindicato das escolas mantenedoras versus as demandas do sindicato dos professores. Esta luta de representações (Chartier, 1991, p. 183) foi intensificada a partir do momento em que o tempo passava e as postergações dos prováveis retornos só se somavam nas insatisfações generalizadas da sociedade. Neste momento da pandemia em que as indefinições se sobrepujam as certezas em caráter mundial, o campo político emerge como o possível responsável pelos direcionamentos que deveriam ser seguidos em consonância com os órgãos de saúde, no entanto, e em função da pressão econômica de distintos grupos sociais privilegiados, temos a inconstância nas regulamentações que ali estão em disputa, ou seja, a porosidade presente no campo educacional possibilitou com que as pressões externas fossem tão difusas ao ponto de que aqueles que estão no centro da questão não fossem ouvidos, por mais que os sindicatos da categoria tivessem seus discursos midiáticos publicizados (Charaudeau, 2006, p.116). As justificativas para um possível retorno, por representantes políticos e familiares, foram demasiado presentes ao ponto de sobrepujarem as discussões sobre a real saúde, física e mental, da comunidade escolar neste momento, além de que não foi possível identificar posicionamentos que defendessem que os professores entrassem, naquele momento, no grupo prioritário da vacinação.

## **A chamada “Revolução Educacional” e as mazelas da escola pública**

O docente passou a se ver num diferente contexto para conseguir ter acesso e transformar sua prática necessariamente para atingir e construir um ambiente de aprendizagem digital onde os alunos pudessem minimamente, e em caráter emergencial, atuarem e produzirem conteúdo. Neste sentido, foi exposto o quanto foi difícil para a categoria passar por estas transformações, as quais foram distintas entre a realidade pública e particular, sendo que as escolas estaduais de São Paulo não faziam uma possível personalização com aulas agendadas pelo Microsoft Teams, Google Meet ou ZOOM, por exemplo, uma vez que os alunos tinham aulas padronizadas por série, além de apostilas impressas e lições pela televisão (antena). A instabilidade deste sistema, bem como a presença de professores que não eram conhecidos pelos alunos, proporcionaram várias críticas por parte das famílias ao que estava sendo oferecido como alternativa pelo Estado (Cafardo, 4 maio. 2020). Em seu artigo “Vida escolar remota” (31 mai. 2020), Rosely Sayão apresentou alguns pontos importantes sobre o período ao considerar que não estaria acontecendo a Educação a Distância [EAD], na realidade, os alunos estão aprendendo com seus professores sendo mediados pela tecnologia, não configurando também um homeschooling, uma vez que estão matriculados na escola. Segundo a articulista se tem uma pressão para o rendimento dos alunos por todos os ângulos e, na realidade daquele momento, outras situações de ordem emocional emergiam com mais relevância em função das privações e medos que as crianças estavam sentindo. Na reportagem

“Oito em cada dez professores não se sentem preparados para ensinar online” de Renata Cafardo (16 mai. 2020) é explicitado que, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Península<sup>4</sup>, 83% dos professores disseram não estar preparados para ensinar online, ainda de se declararem que não estão realizados com o contexto atual e sofrerem de ansiedade. Na pesquisa também foi verificado que aproximadamente 90% dos docentes nunca tinham vivenciado um ensino a distância, e 55% não haviam recebido suporte ou treinamento para a sua atuação não presencial. Segundo a reportagem o contato com as famílias, cerca de 83%, estava sendo realizada pelo celular e por intermédio do aplicativo WhatsApp, deste modo a mediação dos professores passou a ser este canal de comunicação, o qual foi considerado uma alternativa para o ensino e também para o envio e coleta de atividades. Como foi o caso relatado da professora Márcia, a qual decidiu gravar vídeos com seu celular em seu sítio para explicar como as cinzas das queimadas podem fertilizar o solo. Na rede particular a utilização deste aplicativo é menor pois as escolas contam com um suporte tecnológico mais adequado, em sua maioria. No entanto, uma professora deste segmento afirmou que a o tempo de preparo para esta realidade, por mais que já existisse um suporte, não existiu. Ela ministrava as aulas de alfabetização com a utilização de jogos em aplicativos que ela criava como quebra-cabeças e localização de palavras. Ainda segundo a mesma pesquisa 70% dos docentes disseram estar ansiosos e 75,2% não receberam nenhum apoio emocional da escola que trabalhava. Em outro depoimento uma professora de Manaus menciona que aprendeu a editar e mandar vídeos para os alunos como uma “blogueira”, na opinião dela os pais estavam valorizando mais a profissão docente.

Além destes recursos criativos elaborados por estes docentes, o jornal apresentou outros em que os professores estariam utilizando em suas aulas para estimular os alunos, como gincanas online, Instagram e TikTok, os quais configuram, segundo o artigo de Ylana Miller, como sendo o “aprendizado pelo engajamento” (4 ago. 2020). Segundo a autora, o papel do professor seria o de facilitar um aprendizado experiencial, sendo que estes ambientes considerados por ela mais estimulantes e criativos são essenciais para o novo aprendizado utilizando as metodologias ativas. A formação do professor para este novo modo de ensinar, possuindo o domínio tecnológico, também foi pauta da reportagem “Com pandemia, letramento digital vira um passo para a pedagogia do futuro” (23 set. 2020) de Ocimara Balmant e Alex Gomes, os quais exemplificaram como é necessário que os docentes estejam preparados abordagens que levem em conta o Ensino Híbrido, tecnologias educacionais e domínios de recursos audiovisuais. No artigo de Isabela Villas Boas “Educação na pandemia: quem saiu na frente?” (17 jun. 2020) é pontuado que as escolas que tiveram menor impacto com a pandemia, dado o suporte que tinham, relacionavam-se com o investimento que já estava sendo feito no letramento digital de seus professores, os quais dominavam várias ferramentas e foram multiplicadores para impulsionarem a transformação digital nas escolas. O Ensino Híbrido aparece com destaque também na reportagem de Renata Cafardo: “Professores se dividem sobre o ensino presencial” (25 dez. 2020) que pontua, mesmo após a pandemia, que os docentes acreditavam que as escolas iriam manter esta metodologia. Segundo ainda esta fonte, 60% dos professores de rede pública não confiavam na escola em que trabalhavam no que diz respeito aos requisitos necessários de segurança, já nas escolas particulares o índice era de 40%, e 65% do total achavam que as escolas deveriam permanecer fechadas durante a pandemia. A pesquisa também apontou que 60% dos professores achavam que os alunos não evoluíram nesse período pandêmico. A mesma discussão é retratada no artigo de Celso Ming: “A pandemia e o déficit de ensino” (16 jul. 2020) o qual expusera que a pandemia não era igual para todos, sendo que os ricos conseguiram sim encontrar e ter os meios para dar o suporte educacional para as crianças, enquanto as famílias mais pobres não tiveram recursos para tentarem superar a crise que estava se instaurando. Reflexo também na desistência de alunos, especialmente do Ensino Médio, os quais por dificuldade de acesso e dificuldade em acompanhar as aulas em virtude de não estarem acompanhando o conteúdo, decidiram por abandonar os estudos, muitos também buscaram ajudar financeiramente os pais em casa dado o grande desemprego que acometia o país (Honorato, 28 ago. 2020).

<sup>4</sup> De acordo com o site, o Instituto é uma organização do terceiro setor, fundado em 2011 pela família Abílio Diniz, que atua na educação, especialmente com a carreira docente. Disponibilidade em: <<https://www.institutopeninsula.org.br/sobre/>>: Acesso em: 17 set. 2021.



Ao considerar estas diferentes realidades é fundamental ressaltar o montante de matérias que foram escritas a fim de discutirem os processos tecnológicos pelos quais os professores foram submetidos e tiveram que utilizar ao longo de todo este ano, bem como a realização do Ensino Híbrido, o que provocaria uma revolução nos modos de ensinar e nas ferramentas que passariam a configurar e operacionalizar todo o ofício de uma categoria, além de também considerar a avaliação no processo de aprendizagem destes alunos, a qual configurou-se como uma temática recorrente no jornal uma vez que o Conselho Nacional de Educação [CNE] recomendou que fossem evitadas as reprovações e que o currículo fosse contínuo em 2021 para os objetivos de aprendizagem que não foram cumpridos, considerando assim o cenário pandêmico como um agravante social. De acordo com a matéria de Luiz Alexandre Castanha: “Volta às aulas presenciais e o modelo de ensino híbrido” (17 jul. 2020) esta “tendência híbrida” seria uma das mais importantes do século XXI, uma vez que integra as práticas educacionais online e off-line, o que também influenciaria e beneficiaria o mundo corporativo, de certa forma, pois seria uma forma de trabalhar o que ele chamou de “treinamento corporativo”, ou seja, seria aplicado no mundo real utilizando recursos tecnológicos integrativos que, possivelmente, são mais dinâmicos e atrativos. Esta mesma tendência apareceu na pesquisa realizada pela Semesp, entidade que representa as mantenedoras do Ensino Superior privado, em que 52,3% dos alunos gostariam de ter aulas totalmente presenciais no final da pandemia, sendo que destes 18,8% gostariam de permanecer com aulas ao vivo e 21,7% de que o curso fosse híbrido. Segundo esta pesquisa um dos desafios seriam as aulas se tornarem mais atraentes bem como os alunos mais participativos, segundo os docentes entrevistados (Marques, 31 ago. 2020). Na realidade das escolas de Ensino Básico uma das estratégias de motivação, uso da tecnologia e engajamento apontados no artigo de Bruno Ferrari “Aprendizagem híbrida deve ser adotado em definitivo no retorno às aulas” (23 set. 2020) é o ensino *maker*, no qual o aluno aprende a criar e elaborar protótipos na prática. A articulista pontua, no entanto, que para ter eficácia o Ensino Híbrido precisava mudanças na infraestrutura fossem realizadas, além do currículo e gestão das escolas e de uma adaptação de todo o corpo docente. Esta adaptação do professor é abordada no artigo de Jacir Ventura: “O ensino híbrido se consolida; e como fica o professor?” (5 nov. 2020), o qual pontua que a maioria dos docentes estavam despreparados e dependiam de uma formação nas escolas para conseguirem obter a medicação tecnológica necessária, sendo que alguns, segundo ele, montaram mini estúdios em casa para ministrarem suas aulas, outros que, por mais que tivessem um excelente domínio da oratória e da dinâmica da sala de aula, não conseguiram a desenvoltura esperada quando se viram diante de uma tela. Na visão do articulista o Ensino Híbrido<sup>5</sup> é uma realidade que veio para ficar e transformar a realidade educacional e, conseqüentemente, o fazer docente.

Para além das questões de acesso e tecnológicas pouco se pontuou no período, mesmo que com ressalvas na maioria das matérias sobre o abismo educacional entre a escola pública e privada e no suporte não ofertado aos docentes, as questões emocionais emergiram como um fator fundamental na discussão de como o impacto na formação destas crianças e destes formadores seria crucial no atravessar desta crise. Assim a reinvenção de professor foi forçosamente demandada em meio a um cenário de mortes, incertezas e o medo de um inimigo invisível. Medo o qual também foi considerado nas reportagens publicadas pelo jornal as quais tinham como foco as competências socioemocionais que deveriam ser trabalhadas com os alunos num possível retorno às aulas, tendo em vista que neste momento o conteúdo e as avaliações, por mais que sejam importantes, não eram o fundamental. Neste sentido na matéria “Governo de SP disponibilizará mil psicólogos para atender estudantes e professores” (Mengue, 2 set. 2020) foi anunciado uma plataforma online com psicólogos que iriam atender, de forma personalizada e de acordo com as demandas das escolas, alunos e professores. Segundo o exposto pelo Secretário Estadual de Educação, Rossieli Soares, a plataforma foi criada para ser utilizada por um longo prazo, sendo uma demanda histórica para o trabalho necessário com os aspectos socioemocionais de discentes e docentes, ação que ocorreu após 6 meses do início da pandemia. O discurso que considera os aspectos emocionais relevantes é retomado no artigo de Cleia Farinhas “Professores: quem cuidará deles?” (10 set. 2020), a qual expõe que gestores e todo o aparato estrutural das escolas deveriam, primeiramente, amparar

5 O Ensino Híbrido é considerado uma das metodologias ativas que colocam o aluno no centro e protagonista de sua aprendizagem (Moran, 2015).

o professor, o qual se encontrava, assim como os demais, com uma carga emocional intensa de descontentamento, falta de domínio tecnológico e recursos pedagógicos para transformar práticas, muitas vezes, de uma vida inteira de docência. Ao considerar tanto Ensino Híbrido como as diferentes estratégias tecnológicas adotadas o jornal deixa claro em suas matérias que, na maioria dos posicionamentos, a Educação mudou e algumas características e fazeres adquiridos deste momento iriam influenciar e orientar mudanças neste campo. Para Vera Cabral no artigo “Legado da Covid-19 para a educação brasileira” (16 jun. 2020), temos um novo modelo educacional que proporcionou aos professores descobrirem novas formas de trabalhar o conteúdo, legado ao qual, segundo ela, vai permanecer após a pandemia, de acordo com uma pesquisa realizada pela Microsoft, e apresentada pela articulista, revelou-se que o acesso à aprendizagem personalizada, inclusiva e imersivas, através da tecnologia, proporcionaram e desenvolveram melhor as habilidades emocionais e cognitivas em parceria com o acadêmico, além de possibilitarem com que os docentes ganhassem 30% de tempo na sala, em virtude da utilização das ferramentas digitais, possibilitando uma maior atenção aos estudantes que estavam apresentando dificuldades.

## **Tentativas simbólicas de ressignificar positivamente a imagem docente**

Historicamente a profissão docente foi concebida como uma ocupação de ordem secundária, sendo que esta situação só foi alterada com o advento da intervenção do Estado que proporcionou uma homogeneização, unificação e hierarquização da profissão, fazendo, portanto, com que esta se tornasse legítima perante a sociedade (Nóvoa, 1992, p.119). No entanto tal mudança não atingiu todos os âmbitos da profissão a qual, mesmo tendo substituído um corpo de professores religiosos por um laico, ainda era constituída por um conjunto de normas e de valores influenciadas por crenças e atitudes morais e religiosas. Tal influência religiosa também se deu na elaboração do chamado corpo de saberes e de técnicas, caracterizando, portanto, não mais a hierarquia interna do saber geral e sim um saber específico, ou seja, um saber pedagógico (Nóvoa, 1992, p. 119). Este saber pedagógico caracteriza por assim dizer toda a ambiguidade que a profissão docente irá atravessar em sua relação com o saber. Ambiguidade a qual é evidenciada de forma pontual pelo jornal estratégias de superação dos docentes em cenários ainda mais críticos, os quais estavam superando todas as expectativas para levar o conteúdo e as lições para regiões carentes e com pouco acesso tecnológico. Neste mesmo sentido o jornal publicizou uma campanha que seria realizada pelas organizações “Todos pela Educação” e “Fundação Roberto Marinho” para o reconhecimento do trabalho docente a qual consistia em realizar uma salva de palmas num dia específico, além de gravarem vídeos com depoimentos e homenagens aos professores que tivessem deixado um impacto positivo na jornada dos alunos. O jornal incentivava também a postagem deste material com a hashtag #AplaudaUmProfessor nas redes sociais. Outra reportagem deu voz aos docentes ao perguntarem o que eles gostariam de ganhar no Dia do Professor e, levando em consideração todo o contexto social de 7 meses sem aulas presenciais, muitos disseram que desejariam ter novamente o abraço e contato com os alunos, além de uma educação de qualidade para todos<sup>6</sup>. Para Jelson Oliveira, em seu artigo “O professor e a pandemia” (19 out. 2020) nunca ficou tão claro como o professor lutou para superar todas as dificuldades encontradas para além da sua profissão e se aproximar o máximo que conseguiu de seus alunos. Segundo o articulista é do ofício docente lutar contra a tolice e nos inspirar por seus exemplos de vida.

Ao colocar o foco sobre os professores e as mudanças enfrentadas num contexto pandêmico este saber pedagógico foi visto, repercutido e difundido das mais diversas formas e recursos os quais, até então, não haviam tomado corpo. O professor viu a si próprio em vídeos, podcasts, games interativos e plataformas que conduzem e estruturam um novo modo de operacionalizar com o saber pedagógico. Esta mudança no olhar e no acesso à informação aproximou e, de certa forma, colocou em foco ainda mais as representações docentes que permeiam as discussões sobre a categoria na mídia brasileira, sendo ela tanto difundida por um veículo que representa o campo educacional,

<sup>6</sup> O Dia do Professor é objeto de estudo de Vicentini (1997, 2000, 2002).

quanto o jornalístico. E é justamente a partir destes discursos que compõem o campo social que se compreende as lutas empreendidas em prol do processo de profissionalização da categoria (Nóvoa, 1992, p. 125), e a forma pelo qual os agentes principais do processo educativo são identificados. Desta forma, a forma pela qual estes discursos foram viabilizados refletiu na representação que se tem construída historicamente sobre a docência. Considera-se, portanto, este trabalho autorreflexivo fundamental no que diz respeito a elevar o moral dos futuros e atuais professores, uma vez que estes passam por períodos recorrentes de autodepreciação, além do sentimento de desconfiança que reflete nas suas competências e coloca em descrédito sua qualidade enquanto docente, além de colocar em evidência a figura do gestor que é o responsável direto na formação continuada deste profissional e que pouco apareceu aqui representado no discurso jornalístico. Na derradeira reportagem sobre o tema aqui apresentado, “O ano sem escola” (20 dez. 2020), Renata Cafardo finaliza novamente retomando o que foi discutido por diversos articulistas e publicizado de diferentes formas pelo jornal: o destino e o tamanho real do problema ainda seriam contabilizados em 2021. Com inúmeras datas de retorno sendo postergados, professores já desanimados e alunos evadidos das escolas e a desigualdade entre escola pública e privada se acentuando, não se sabia muito bem como seria a virada de um ano que, aparentemente, estava ainda longe de acabar, contrariando assim o calendário gregoriano.

## Considerações Finais

Um período marcado por incertezas e medo configurou um dos momentos mais difíceis enfrentados pelo mundo. A pandemia do coronavírus escancarou e jogou luz nos abismos entre as pessoas, condições de vida e diferenças. Na educação não seria diferente. Conforme aqui analisado as indefinições no Estado de São Paulo, somadas ao desemprego do Governo Federal configuraram como ausências que foram sentidas e refletidas em todo um campo fragilizado físico, econômica e emocionalmente. Nestas fragilidades, vários foram os sindicatos que se posicionaram e travaram uma luta entre a volta do ensino presencial ou não ao longo de todo período analisado. Somado a isso os estudantes começaram a evadir das escolas, além de migrarem para a pública a qual notoriamente foi a que teve suas mazelas mais expostas: professores sem nenhum treinamento ou suporte tecnológico e estruturas arquitetônicas inapropriadas dificultavam ainda mais a retomada a uma pretensa normalidade. A docência não se esquivou e na ponta de toda uma situação que lhes caiu como problema foi traçando e delineando caminhos que possibilitaram alguns sucessos frente à miséria colocada a sua profissão. Dado estes apontamentos, estaríamos realmente vivendo o que os articulistas chamaram de “revolução na educação”?

## Referências

- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BOURDIEU, Pierre **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro/Lisboa: DIFEL/Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- CATANI, Denice Barbara. **Educadores à meia luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo**. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. In: Estudos Avançados, jan-abril/1991, 11(5), p. 173-191.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. **Somos todos trabalhadores em Educação?** reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. Educ. Pesqui. [online]. 2006, vol.32, n.2, pp.225-240. Disponibilidade em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151797022006000200002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022006000200002&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1678-4634. Acesso em: 13 março 2021.

FERREIRA, Mário César ; Ferreira Jr., Amarilio . Sindicalismo, saúde e segurança no trabalho: desafios na escola pública brasileira. **Retratos da Escola**, v. 6, p. 433-446, 2012.

KRUPPA, Sônia Maria Portella. **O movimento de professores em São Paulo: O sindicalismo no serviço público, o Estado como patrão**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação/USP, São Paulo, 1994.

LUGLI, Rosário S. Genta. **Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista) e o movimento de organização dos professores: 1964-1990**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação/ USP, São Paulo, 1997.

MORAN, J. Educação Híbrida: um conceito-chave para a educação, hoje. In: BACICH, L.;NETO, A. T.;TREVISANI, F. de M. (Orgs.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre:Penso, 2015.

NÓVOA, A. O passado e o presente dos professores. In: Nóvoa, A. (org) **Profissão Professor**. Lisboa: Porto Editora, 1992, p.13-34.

NÓVOA, António. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. Teoria & Educação, Porto Alegre, 1991, nº 4, **Dossiê: interpretando o trabalho docente**, p. 109-139.

PEREIRA, Gilson R. de M. **Servidão Ambígua: valores e condição do magistério**. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.

RUIZ, Eduardo. **Violenta**. São Paulo: Quatro Cantos, 2012.

VIANNA, Cláudia **O nós do “nós”**: crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo. São Paulo: Xamã, 1999.

VICENTINI, Paula Perin. **Imagens e Representações de Professores na História da Profissão Docente no Brasil (1933-1963)**. São Paulo: FEUSP, 2002, doutorado.

VICENTINI, Paula Perin. Imagens de professores: a visibilidade dos profissionais na Revista do Professor - São Paulo (1934-65). **Educação em Revista (UFMG)**, Minas Gerais, n. 32, p. 21-56, 2000.

VICENTINI, Paula Perin. Imagens públicas da profissão docente: uma análise sobre as formas de distinção da categoria. In: Raquel Lazzari Leite Barbosa. (Org.). **Formação de Educadores: artes e técnicas - ciências e políticas**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006, v., p. 513-530.

VICENTINI, Paula Perin. **Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista): profissão docente e organização do magistério (1930-1964)**. 1997. São Paulo: FEUSP, mestrado, 1997.

VICENTINI, Paula Perin; Lugli, Rosario Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.

Matérias selecionadas

APEOESP FOI CATEGORICA: OS PROFESSORES REAGIRÃO ENERGICAMENTE COM GREVE GERAL. **Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP)**, São Paulo, 5 nov. 2020. Disponibilidade em: <<http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/apeoesp-urgente/n-125-apeoesp-foi-categorica-os-professores-reagirao-energicamente-com-greve-geral/>>. Acesso em: 19 set. 2021.

BALMANT, Ocimara. GOMES, Alex. Com pandemia, letramento digital vira um passo para a pedagogia do futuro. . **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 set. 2020. Disponibilidade em:<<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,com-pandemia-letramento-digital-vira-um-passo-para-a-pedagogia-do-futuro,70003449216>>. Acesso em: 19 set. 2021.

CAFARDO, Renata. São Paulo vai fechar escolas públicas e particulares a partir do dia 23. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 mar. 2020, Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/blogs/blog-renata-cafardo/doria-mandetta-e-secretarios-de-educacao-decidem-agora-sobre-fechamento-de-escolas/>>. Acesso em: 19 set. 2021.

CAFARDO, Renata. Na rede pública, ensino a distância enfrenta problemas com lição pela TV e apostila impressa. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 maio. 2020. Disponibilidade em: < <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,na-rede-publica-ensino-a-distancia-enfrenta-problemas-com-licao-pela-tv-e-apostila-impressa,70003291165>>. Acesso em: 19 set. 2021.

CAFARDO, Renata. Oito em cada dez professores não se sentem preparados para ensinar online. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 mai. 2020. Disponibilidade em: < <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,oito-em-cada-dez-professores-nao-se-sentem-preparados-para-ensinar-online,70003305049>>. Acesso em: 19 set. 2021.

CABRAL, Vera. Legado da Covid-19 para a educação brasileira. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 jun. 2020. Disponibilidade em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/legado-da-covid-19-para-a-educacao-brasileira/>>. Acesso em: 19 set. 2021.

CAFARDO, Renata. Pais poderão decidir se filhos voltam ou não para a escola na capital. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 jul.2020. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,pais-poderao-decidir-se-filhos-voltam-ou-nao-para-a-escola-na-capital,70003378510>>. Acesso em: 19 set. 2021.

CAFARDO, Renata. Escolas privadas da capital reabrem depois de 200 dias com pais divididos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 3 out. 2020. Disponibilidade em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,escolas-privadas-da-capital-reabrem-depois-de-200-dias-com-pais-divididos,70003462160>>. Acesso em: 19 set. 2021.

CAFARDO, Renata. Conselho Nacional de Educação dá aval para aulas remotas até 2021. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 out. 2020. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,conselho-nacional-de-educacao-da-aval-para-aulas-remotas-ate-2021,70003466143>>. Acesso em: 19 set. 2021.

CAFARDO, Renata. Pais vão à justiça para pedir volta as aulas presenciais em SP ainda este ano. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 nov. 2020. Disponibilidade em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,pais-va-a-justica-para-pedir-volta-as-aulas-presenciais-em-sp-ainda-este-ano,70003533340>>. Acesso em: 19 set. 2021.

CAFARDO, Renata. MEC autoriza ensino remoto até quando durar a pandemia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 dez.2020. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-autoriza-ensino-remoto-enquanto-durar-pandemia,70003546788>>. Acesso em: 19 set. 2021.



CAFARDO, Renata. O ano sem escola. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 dez. 2020. Disponibilidade em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,o-ano-sem-escola,70003557976>>. Acesso em: 19 set. 2021

CAFARDO, Renata. Professores se dividem sobre o ensino presencial. . **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 dez. 2020. Disponibilidade em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,professores-se-dividem-sobre-ensino-presencial,70003562478>>. Acesso em: 19 set. 2021.

CASTANHA, Luiz Alexandre. Volta às aulas presenciais e o modelo de ensino híbrido. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 jul. 2020. Disponibilidade em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/volta-as-aulas-presenciais-e-o-modelo-de-ensino-hibrido/>>. Acesso em: 19 set. 2021

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE SE POSICIONA CONTRA A VOLTA DAS AULAS PRESENCIAS NA PANDEMIA. **Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP)**, São Paulo, 14 set. 2020. Disponibilidade em: <<http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/apeoesp-urgente/n-106-conselho-estadual-de-saude-se-posiciona-contr-a-volta-das-aulas-presenciais-na-pandemia/>>. Acesso em: 19 set. 2021.

COTES, Paloma. KER, João. Governo de São Paulo pretende retomar aulas presenciais na rede pública em junho. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 abr.2020. Disponível em:< <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,governo-de-sp-pretende-retomar-aulas-presenciais-na-rede-publica-em-julho,70003281653>>. Acesso em: 19 set. 2021.

ESPECIALISTAS EMBASAM POSIÇÕES DA APEOESP. **Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP)**, São Paulo, 25 jun. 2020. Disponibilidade em: <<http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/apeoesp-urgente/n-75-especialistas-embasam-posicoes-da-apeoesp-contr-precipitacao-na-volta-as-aulas-presenciais/>>. Acesso em: 19 set. 2021.

FERRARI, Bruno. Aprendizagem híbrida deve ser adotado em definitivo no retorno às aulas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 set. 2020. Disponibilidade em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/aprendizagem-hibrida-deve-ser-adotada-em-definitivo-no-retorno-as-aulas/>>. Acesso em: 19 set. 2021.

FARINHAS, Cleia. Professores: quem cuidará deles?. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 set. 2020. Disponibilidade em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/professores-quem-cuidara-deles/>>. Acesso em: 19 set. 2021.

FAVARO, PAULA. FELIX, PAULA. Relatório mostra desafio para o retorno às aulas no Brasil por causa do excesso de alunos por sala. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 08 set.2020. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,relatorio-mostra-desafio-para-o-retorno-as-aulas-no-brasil-por-causa-do-excesso-de-alunos-por-sala,70003429194>>. Acesso em: 19 set. 2021.

HONORATO, Ludimilla. Adolescentes e jovens abandonam estudos na pandemia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 ago. 2020. Disponibilidade em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,adolescentes-e-jovens-abandonam-estudos-na-pandemia,70003416485>>. Acesso em: 19 set. 2021.

MARQUES, Julia. Na penúria, escolas de educação infantil fecham as portas durante a pandemia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 jul. 2020. Disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,na-penuria-escolas-de-educacao-infantil-fecham-as-portas,70003370878>>. Acesso em: 19 set. 2021.

MARQUES, Julia. Pesquisa indica preferência por ensino híbrido nas faculdades após pandemia.

**O Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 ago. 2020. Disponibilidade em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,pesquisa-indica-preferencia-por-ensino-hibrido-nas-faculdades-apos-pandemia,70003420020>>. Acesso em: 19 set. 2021.

MARQUES, Julia. Sindicato dos professores entram com ação na justiça contra a volta às aulas em SP. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 3 set. 2020. Disponibilidade em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,grupos-ligados-a-professores-entram-com-acao-na-justica-contra-volta-as-aulas-em-sp,70003424581>>. Acesso em: 19 set. 2021.

MARQUES, Julia. 20% a 30% dos alunos querem voltar à escola, diz governo de SP; professores se mobilizam contra. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 set. 2020. Disponibilidade em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,20-a-30-dos-alunos-querem-voltar-a-escola-diz-governo-de-sp-professores-se-mobilizam-contra,70003426559>>. Acesso em: 19 set. 2021.

MARQUES, Julia. Justiça nega liminar de sindicatos dos professores que pedia suspensão da volta às aulas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 set. 2020. Disponibilidade em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,justica-nega-liminar-de-sindicato-dos-professores-que-pegava-suspensao-da-volta-as-aulas,70003426482>>. Acesso em: 19 set. 2021.

MARQUES, Julia. Insegurança sobre regras, escolas contratam advogados para definir abertura em SP. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 set. 2020. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,inseguras-sobre-regras-escolas-contratam-advogados-para-definir-abertura-em-sp,70003433171>>. Acesso em: 19 set. 2021.

MENGUE, Priscila. Sindicato de escolas privadas de SP ameaça ir à justiça para garantir retomada de aulas presenciais. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 ago. 2020. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,64-de-alunos-com-covid-da-rede-municipal-de-sp-eram-assintomaticos-escolas-nao-reabrem-em-setembro,70003403662>>. Acesso em: 19 set. 2021.

MENGUE, Priscila. Governo de SP disponibilizará mil psicólogos para atender estudantes e professores. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2 set. 2020. Disponibilidade em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,governo-de-sp-disponibilizara-mil-psicologos-para-atender-estudantes-e-professores,70003423063>>. Acesso em: 19 set. 2021.

MILLER, Ylana, O novo papel de quem ensina e o aprendizado pelo engajamento. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 ago. 2020. Disponibilidade em: <<https://economia.estadao.com.br/blogs/radar-do-emprego/o-novo-papel-de-quem-ensina-e-o-aprendizado-pelo-engajamento/>>. Acesso em: 19 set. 2021.

MING, Celso. A pandemia e o déficit de ensino. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 jul. 2020. Disponibilidade em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-pandemia-e-o-deficit-do-ensino,70003366492>>. Acesso em: 19 set. 2021.

OKUMURA, Renata. Professor não pode escolher se quer ou não retomar aulas presenciais' diz Abepar. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 ago. 2020. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,professor-nao-pode-escolher-se-quer-ou-nao-retomar-aulas-presenciais-diz-abepar,70003412339>>. Acesso em: 19 set. 2021.

OLIVEIRA, Jelson. O professor e a pandemia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 out. 2020. Disponibilidade em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/o-professor-e-a-pandemia/>>. Acesso em: 19 set. 2021.

PROFESSORES DA REDE PÚBLICA PROTESTAM CONTRA À VOLTA AS AULAS PRESENCIAIS. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 jul. 2020. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/>>

geral,professores-da-rede-publica-protestam-contr-a-volta-as-aulas-presenciais,70003379943>. Acesso em: 19 set. 2021.

PROFESSORES DEVEM SER OUVIDOS SOBRE RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS. **Sindicato dos Professores de São Paulo (SINPRO-SP)**, São Paulo, 11 mai. 2020. Disponibilidade em: <<https://www.sinprosp.org.br/noticias/3941>>. Acesso em: 19 set. 2021.

SAYÃO, Rosely. Vida escolar remota. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 mai. 2020. Disponibilidade em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,vida-escolar-remota,70003319716>>. Acesso em: 19 set. 2021.

TOMAZELA, José Maria. Professores estão apreensivos com a volta às aulas em outubro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 ago. 2020. Disponibilidade em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,professores-estao-apreensivos-com-volta-as-aulas-em-outubro,70003393642>>. Acesso em: 19 set. 2021.

VARGAS, Matheus. Ensino privado quer socorro do governo para o segundo semestre do ano letivo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 ago. 2020. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ensino-privado-quer-socorro-do-governo-para-o-segundo-semester-do-ano-letivo,70003399071>>. Acesso em: 19 set. 2021.

VENTURA, Jacir. O ensino híbrido se consolida; e como fica o professor?. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 nov. 2020. Disponibilidade em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/o-ensino-hibrido-se-consolida-e-como-fica-o-professor/>>. Acesso em: 19 set. 2021.

VILLAS BOAS, Isabela. Educação na pandemia: quem saiu na frente?. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 jun. 2020. Disponibilidade em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/como-avaliar-a-aprendizagem-durante-o-ensino-remoto/>>. Acesso em: 19 set. 2021.

VOLTA ÀS AULAS: FEPESP ACIONA MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Sindicato dos Professores de São Paulo (SINPRO-SP)**, São Paulo, 21 jul. 2020. Disponibilidade em: <<https://www.sinprosp.org.br/noticias/4000>>. Acesso em: 19 set. 2021.

Recebido em 29 de janeiro de 2022.

Aceito em 13 de fevereiro de 2023.